Tribunal da Relação de Lisboa

Processo nº 34738/15.3T8LSB-B.L1-2

Relator: NELSON BORGES CARNEIRO

Sessão: 09 Janeiro 2020

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: PROCEDENTE

OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

TAXA DE JUSTIÇA

Sumário

I - Configurando-se a oposição à execução como uma verdadeira ação declarativa, a petição da oposição é equiparável à petição inicial em ação declarativa.

II - Sendo o requerimento de oposição à execução equiparável à petição inicial em ação declarativa, ser-lhe-ão aplicáveis as normas estatuídas no art. 552º, do CPCivil.

III - Porém, para efeitos tributários, designadamente no atinente ao prazo e oportunidade do pagamento da taxa de justiça, afasta-se do regime puro e simples da petição inicial, mas antes aproxima-se do da contestação, já que ambos estão sujeitos a prazos cominatórios que devem levar a uma igualdade de tratamento dos seus respetivos destinatários.

IV - Caso a executada/opoente não junte documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão que indeferiu o pedido de apoio judiciário, deverá a secretaria notificar a mesma para, em 10 dias, efetuar o pagamento omitido, com acréscimo de multa de igual montante, mas não inferior a 1 UC nem superior a 5 UC.

Texto Integral

Acordam os juízes da 2ª secção (*cível*) do Tribunal da Relação de Lisboa:

1. RELATÓRIO

META DE EMOÇÕES UNIPESSOAL, LDA, deduziu oposição através de embargos de executado contra IL CAFFÉ DI ROMA - RESTAURAÇÃO, LDA,

pedindo que os embargos fossem declarados procedentes por provados e, consequentemente, ser absolvida da instância executiva.

Foi proferido despacho que ordenou o desentranhamento do articulado de embargos de executado.

Inconformada, veio a embargante/executada apelar do despacho de desentranhamento, tendo extraído das alegações^[1] que apresentou as seguintes

CONCLUSÕES^[2]:

I.) A Apelante não recebeu qualquer ofício da Segurança Social.

II.) Aos Embargos de Executado em sede de pagamento de taxa de justiça, não se aplica o regime previsto para a petição inicial, mas antes o previsto para a contestação.

III.) Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 570º do CPC a secretaria notifica a parte para que em 10 dias pagamento da taxa de justiça com um acréscimo de multa de igual montante, o que não fez.

IV.) Mas mesmo que assim não se entenda e se pretenda aplicar aos embargos de executado o regime da petição inicial deveria sempre ser cumprido o disposto no nº 3 do artigo 570º do CPC.

A exequente não contra-alegou.

Colhidos os vistos^[3], cumpre decidir.

OBJETO DO RECURSO^[4]

Emerge das conclusões de recurso apresentadas por META DE EMOÇÕES UNIPESSOAL, LDA, ora apelante, que o seu objeto está circunscrito à seguinte questão:

1.) Saber se para efeitos tributários a petição de oposição em embargos de executado é equiparável à petição inicial ou à contestação em ação declarativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. FACTOS PROVADOS

1.) A apelante/executada deduziu embargos de executado, juntando o comprovativo do pedido de apoio judiciário.

2.) Em 23/02/2017, a apelante/executada requereu à Segurança Social proteção jurídica.

3.) Por despacho proferido em 21/07/2007, da Segurança Social, foi indeferido o pedido de proteção jurídica apresentado pela apelante/executada.

4.) Tendo a Segurança Social informado o tribunal de tal decisão em 31/07/2017.

5.) A secretaria judicial não notificou a apelante/executada para proceder ao pagamento da taxa de justiça acrescida de multa de igual montante.

6.) *A apelante/executada não procedeu ao pagamento da taxa de justiça e multa de igual montante.*

2.2. O DIREITO

Importa, pois, conhecer do objeto do recurso, circunscrito pelas respectivas conclusões, salvas as questões cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras, e as que sejam de conhecimento oficioso.

1.) SABER SE A PETIÇÃO DE OPOSIÇÃO EM EMBARGOS DE EXECUTADO PARA EFEITOS TRIBUTÁRIOS SERÁ EQUIPARÁVEL À PETIÇÃO INICIAL OU À CONTESTAÇÃO EM AÇÃO DECLARATIVA.

O tribunal *a quo* entendeu que para efeitos de pagamento de taxa de justiça a petição de embargos de executado era equiparável à petição inicial em ação declarativa.

Vejamos a questão.

Dado que os embargos de executado apresentam a figura quase perfeita duma ação dirigida contra o exequente, natural é estar tal ação acessória sujeita a despacho liminar semelhante ao instituído no artigo 474º (*atual art. 558º*), embora, vistas as suas condições peculiares, de mais restrito alcance^[5].

No que concerne à tramitação, o processo de oposição à execução configura-se como uma verdadeira ação declarativa enxertada na executiva^[6].

A propositura da demanda de oposição implica a constituição de uma nova relação processual autónoma, não reconduzível a uma fase da relação processual executiva, por poder apresentar pressupostos próprios e se delinear como uma relação processual de cognição, com a estrutura do processo normal de declaração, enquanto a relação executiva jamais conduz a um provimento decisório^[7].

No caso de pluralidade de executados, se os respetivos prazos para a dedução da oposição terminarem em dias diferentes, e por a petição de oposição não constituir uma contestação, não se lhes aplica a norma excecional do nº 2 do art. 486º (*atual, art. 569º, nº 2*), mas antes a norma geral do nº 3 do art. 145º, segundo a qual o decurso do prazo perentório faz extinguir o direito de praticar ao ato (*art. 813º, nº 4*) (*atual, art. 728º, nº 3*)^[8].

Assim sendo, configurando-se a oposição à execução como uma verdadeira ação declarativa, a petição da oposição será equiparável à petição inicial em ação declarativa.

Sendo o requerimento de oposição à execução equiparável à petição inicial em ação declarativa, ser-lhe-ão aplicáveis as normas estatuídas no art. 552º, do CPCivil.

Como os embargos são uma ação dirigida contra o exequente, configurando-se esta oposição como uma oposição-ação e não como uma oposição-contestação,

mesmo para efeitos tributários, será a oposição à execução equiparável à petição inicial em ação declarativa?

Pensamos que não, isto é, quanto ao pagamento da taxa de justiça tal correspondência não deverá ser feita com a petição inicial em ação declarativa, mas com a contestação.

O próprio regime da oposição prevê expressamente (*art. 728.º, nº 3*) que lhe não é aplicável o disposto no *art. 469.º, nº 2*, que, preceituando sobre o prazo para a contestação, diz que o mesmo se lhe não aplica. Produzindo-se, assim, limitadamente o efeito suspensivo da oposição (*art. 733.º*), apenas em relação ao executado que dele beneficie.

E, assim, neste específico caso é o próprio regime da oposição que, sem mais, remete para o da contestação. Sendo também certo que na oposição não é atribuído efeito cominatório à falta de contestação (*art. 732.º, nº 3, do CPCivil*).

A regra *art. 552.º, nº 3, do CPCivil*, é no sentido que o autor deve juntar à petição inicial o documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça inicial ou da concessão de apoio judiciário na modalidade de assistência judiciária.

Prevendo-se no *art. 552.º, nº 5, do CPCivil*, os casos em que seja requerida a citação urgente do réu, faltando, à data da apresentação em juízo, menos de cinco dias para o termo do prazo da caducidade ou ocorrendo outra razão de urgência, o autor deverá juntar documento comprovativo do pedido de apoio judiciário requerido, mas ainda não concedido.

Depois, no regime da petição inicial, a pena do seu desentranhamento, prescrita no *art. 552.º, nº 5, do CPCivil*, se o autor, alegando ter requerido o benefício do apoio judiciário e, indeferido o mesmo, não pagar a taxa de justiça no prazo de 10 dias a contar da notificação feita pela segurança social, não o inibe de apresentar nova petição no prazo de 10 dias, juntando, então, documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial, considerando-se a ação proposta na data em que a primeira petição inicial foi apresentada em juízo.

Pois o efeito de tal desentranhamento há de ser interpretado como equivalendo à recusa da petição inicial, nos termos do *art. 558.º, nº 1, al. f), do CPCivil*, permitindo, assim, a subsequente aplicação do *art. 560.º, do mesmo código*.

O prazo para a conclusão do procedimento administrativo e decisão sobre o pedido de proteção jurídica é de 30 dias, é contínuo, não se suspende durante as férias judiciais e, se terminar em dia em que os serviços da segurança social estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte - art. 25º, nº 1, do citado regime de acesso ao direito e aos tribunais.

O executado pode opor-se à execução por embargos no prazo de 20 dias a contar da citação - art. 728º, nº 1, do CPCivil.

Decorre destes preceitos legais, que a lei, tendo em vista, sobretudo, a harmonia do sistema jurídico, não pode ter querido um sistema mais gravoso para o executado, ao deduzir a sua oposição, do que para o autor de uma petição inicial^[9].

Isto porque tendo o executado um prazo de 20 dias para deduzir a oposição a contar da citação, nos termos do art. 728º, nº 1, do CPCivil e, esgotado que seja este, não pode vir intentar, fora dele, outra oposição à execução.

É que sendo de 20 dias o prazo para a oposição à execução, o mesmo não é conciliável com o prazo de 30 dias previsto no regime de acesso ao direito para a conclusão do respetivo processo administrativo e decisão sobre o pedido de proteção jurídica.

Na verdade, se é compreensível que nas ações declarativas em geral se ordene o desentranhamento da petição inicial, quando a parte não junte o documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça ou do pedido de apoio judiciário, porque o autor sempre terá possibilidade de apresentar nova petição, podendo, inclusive, valer-se do benefício que lhe é facultado pelo art. 560º do CPCivil, de modo a que a ação se possa considerar proposta na data em que a primeira petição foi apresentada em juízo, já o mesmo não sucede no que concerne aos embargos de executado^[10].

Assim, embora o requerimento inicial de oposição dê início a uma contra-acção movida pelo executado contra o exequente deve, para além das especificidades que ao seu regime são próprias, afasta-se, para efeitos tributários do regime puro e simples da petição inicial, mas antes se aproximar do da contestação, já que ambos estão sujeitos a prazos cominatórios que devem levar a uma igualdade de tratamento dos seus respetivos destinatários^[11].

É que embora a dedução de embargos de executado se inicie com uma petição inicial, a verdade é que se se considerassem aplicáveis as regras gerais processuais atinentes a essa peça processual, a solução que se encontraria seria bem diferente, atenta a inexistência de identidade de situações que aqui sempre seria de exigir^[12].

Com efeito, fácil é de ver que não se pode transpor este regime da petição inicial para o campo dos embargos de executado (*da sua petição inicial*), pois tal solução colidiria, de forma manifesta, com o prazo perentório de 20 dias previsto no art. 728º, do CPCivil, para a sua dedução^[13].

É que o caso da petição inicial das ações declarativas em geral, sendo o primeiro articulado, com o qual se inicia a instância, justifica-se que mereça

um tratamento diferenciado, o que já não ocorre com a petição inicial dos embargos de executado, que deverá, para a questão que é aqui colocada, ser encarada antes como uma contestação em ação declarativa, e isto porque tanto uma como outra estão sujeitas a prazos perentórios para a sua dedução [14].

Se ao oponente fossem aplicadas as disposições da petição inicial, atendendo a que é de 30 dias o prazo para a conclusão do processo administrativo e decisão sobre o pedido de proteção jurídica, e tendo um prazo perentório de 20 dias para contestar, pois, como tal prazo é inferior ao da conclusão do processo administrativo, poderia ficar impedido de deduzir oposição, por não poder comprovar a concessão do benefício de apoio judiciário.

Assim, tendo em atenção a unidade do sistema jurídica e a sua harmonia, bem como os fins por ela prosseguidos, e consagrando a melhor solução de modo a que o oponente possa deduzir oposição no caso de ainda não estar decidido o pedido de apoio judiciário, é serem aplicáveis à oposição à execução, no que concerne ao pagamento da taxa de justiça, as disposições respeitantes à contestação em ação declarativa, e não as relativas à petição inicial em ação declarativa.

Concluindo, se fossem aplicáveis as disposições respeitantes à petição inicial em ação declarativa, e se ainda não tivesse sido decidido o benefício do apoio judiciário, o oponente poderia não poder deduzir oposição à execução.

Tem, pois, razão a apelante quando entende que aos embargos de executado, em sede de pagamento da taxa de justiça, se aplica o regime previsto para a contestação (*art. 570º, do CPCivil*), e não o regime previsto para a petição (*art. 552º, nº 6, do CPCivil*).

O réu deve comprovar o prévio pagamento da taxa de justiça ou juntar ao processo o respetivo documento comprovativo no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão que indefira o pedido de apoio judiciário – art. 570º, nº 2, do CPCivil.

Na falta de junção do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça devida ou de comprovação desse pagamento, no prazo de 10 dias a contar da apresentação da contestação, a secretaria notifica o interessado para, em 10 dias, efetuar o pagamento omitido com acréscimo de multa de igual montante, mas não inferior a 1 UC nem superior a 5 UC – art. 570º, nº 3, do CPCivil.

Após a verificação, por qualquer meio, do decurso do prazo referido no n.º 2, sem que o réu tenha comprovado o prévio pagamento da taxa de justiça, a secretaria notifica-o para os efeitos previstos no número anterior – art. 570º, nº 4, do CPCivil.

Está provado que “a apelante/executada deduziu embargos de executado,

juntando o comprovativo do pedido de apoio judiciário”, que “a secretaria judicial não notificou a apelante/executada para proceder ao pagamento da taxa de justiça acrescida de multa de igual montante”, e que “não procedeu ao pagamento da taxa de justiça e multa de igual montante” – factos provados nºs 1, 5 e 6.

Ora, não estando junto o documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão que indeferiu o pedido de apoio judiciário, deveria a secretaria notificar a apelante/opoente para, em 10 dias, efetuar o pagamento omitido, com acréscimo de multa de igual montante, mas não inferior a 1 UC nem superior a 5 UC (*dando assim a secretaria cumprimento ao disposto no art. 570º, nº 4, do CPCivil*).

Destarte, procedendo o recurso de apelação, há que revogar o despacho de desentranhamento proferido pelo tribunal *a quo*.

3. DISPOSITIVO

3.1. DECISÃO

Pelo exposto, acordam os juízes desta secção cível (2ª) do Tribunal da Relação de Lisboa em julgar procedente o recurso de apelação e, conseqüentemente, revoga-se a decisão recorrida, a qual deverá ser substituída por outra que ordene a notificação da apelante para, em 10 dias, efetuar o pagamento omitido, com acréscimo de multa de igual montante, mas não inferior a 1 UC nem superior a 5 UC.

3.2. REGIME DE CUSTAS

Sem custas, por elas não serem devidas.

Lisboa, 2020-01-09

Nelson Borges Carneiro

Pedro Martins

Inês Moura

[1] Para além do dever de apresentar a sua *alegação*, impende sobre o recorrente o ónus de nela concluir, de forma sintética, pela indicação dos fundamentos por que pede a alteração ou anulação da decisão – *ónus de formular conclusões* (art. 639º, nº 1) – FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA, *Direito Processual Civil, volume II, 2ª edição*, p. 503.

[2] O recorrente deve apresentar a sua *alegação*, na qual conclui, de forma sintética, pela indicação dos fundamentos por que pede a alteração ou anulação da decisão. Versando o recurso sobre matéria de direito, as conclusões devem indicar, as normas jurídicas violadas; o sentido com que, no entender do recorrente, as normas que constituem fundamento jurídico da

decisão deviam ter sido interpretadas e aplicadas, e invocando-se erro na determinação da norma aplicável, a norma jurídica que, no entendimento do recorrente, devia ter sido aplicada - *art. 639º, nºs 1 e 2, do CPCivil*.

[3] Na sessão anterior ao julgamento do recurso, o processo, acompanhado com o projeto de acórdão, vai com vista simultânea, por meios eletrónicos, aos dois juízes-adjuntos, pelo prazo de cinco dias, ou, quando tal não for tecnicamente possível, o relator ordena a extração de cópias do projeto de acórdão e das peças processuais relevantes para a apreciação do objeto da apelação - *art. 657º, n.º 2, do CPCivil*.

[4] Todas as questões de mérito que tenham sido objeto de julgamento na sentença recorrida e que não sejam abordadas nas conclusões do recorrente, mostrando-se objetiva e materialmente excluídas dessas conclusões, têm de se considerar decididas, não podendo delas conhecer o tribunal de recurso.

Vem sendo entendido que o vocábulo “*questões*” não abrange os argumentos, motivos ou razões jurídicas invocadas pelas partes, antes se reportando às pretensões deduzidas ou aos elementos integradores do pedido e da causa de pedir, ou seja, entendendo-se por “*questões*” as concretas controvérsias centrais a dirimir.

[5] LOPES CARDOSO, Manual da Ação Executiva, p. 300.

[6] AMÂNCIO FERREIRA, Curso de Processo de Execução, 11ª ed., p. 186.

[7] AMÂNCIO FERREIRA, Curso de Processo de Execução, 11ª ed., p. 186.

[8] AMÂNCIO FERREIRA, Curso de Processo de Execução, 11ª ed., p. 188.

[9] Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2010-11-11, Relator: SERRA BATISTA, www.dgsi.pt./stj.

[10] Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 2017-04-20, Relator: PEDRO CUNHA, www.dgsi.pt./jtrg.

[11] Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto de 1/7/2008, CJ, Ano XXXIII, Tomo III, p. 191; e Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa de 22/1/08, Relator: RUI VOUGA e de 16/11/2006, Relator: TIBÉRIO SILVA, ambos em www.dgsi.pt/jtrl.

[12] Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 2017-04-20, Relator: PEDRO CUNHA, www.dgsi.pt./jtrg.

[13] Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 2017-04-20, Relator: PEDRO CUNHA, www.dgsi.pt./jtrg.

[14] Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 2017-04-20, Relator: PEDRO CUNHA, www.dgsi.pt./jtrg.